



Por este instrumento particular o (a) paciente \_\_\_\_\_ ou seu responsável Sr. (a) \_\_\_\_\_, declara para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CRM - \_\_\_\_\_ sob o nº \_\_\_\_\_ para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado “**BIOPSIA RENAL PERCUTÂNEA**”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, também, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

**DEFINIÇÃO:** Trata-se de um procedimento onde são colhidos fragmentos do rim dirigido pelo método de ultrassonografia abdominal. Esses fragmentos são acondicionados adequadamente e encaminhados para análise ao laboratório de anatomia-patológica. As indicações para a realização de biópsia renal são quando o diagnóstico da doença renal não é possível isoladamente por métodos laboratoriais, e que o resultado da biópsia é capaz de alterar o tratamento ou definir a evolução (prognóstico) da doença renal. No adulto em geral são a perda progressiva da função renal, a presença de proteinúria (perda urinária de proteínas) significativa ou a presença de elementos celulares anormais na urina (em geral sangramento microscópico, visto no exame de urina).

#### COMPLICAÇÕES:

1. Dor ou desconforto na região dorsal, abdominal lateral ou abdominal baixa;
2. Risco de lesão de órgãos adjacentes ao rim;
3. Possibilidade de sangramento urinário visível (macroscópico);
4. Sangramentos pós-realização da biópsia, em geral de pequena intensidade, que podem se manifestar na urina podendo durar alguns dias;
5. Sangramento renal no local da punção ou adjacente, que pode resultar na necessidade de transfusão sanguínea, cateterismo renal arterial, embolização do segmento da artéria renal sangrante e até a nefrectomia (retirada cirúrgica do rim).

**Obs.:** O período de observação em caráter de internação, após o procedimento, é de no mínimo 6 horas, podendo estender-se até 24 horas em caso de ausência de complicações. No caso do aparecimento de sangramento visível, o período estender-se-á até o cessar por completo desse sangramento.

**CBHPM:** \_\_\_\_\_

**CID:** \_\_\_\_\_

**INFECÇÃO HOSPITALAR:** A portaria nº. 2.616, de 12/05/1998 do Ministério da Saúde estabeleceu as normas do Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH), obrigando os hospitais a constituir a CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar). Os índices de

infecção hospitalar aceitos são estabelecidos, usando-se como parâmetro o NNIS (Nacional Nosocomial Infeccões Surveillance - Vigilância Nacional Nosocomial de Infecção), órgão internacional que estabelece os índices de infecção hospitalar aceitos e que são:

1. **Cirurgias limpas** - 2% (são aquelas que não apresentam processo infeccioso e inflamatório local e durante a cirurgia, não ocorre penetração nos tratos digestivo, respiratório ou urinário);
2. **Cirurgias potencialmente contaminadas** - 10% (aquelas que necessitam drenagem aberta e ocorre penetração nos tratos digestivo, respiratório ou urinário);
3. **Cirurgias contaminadas** - 20% (são aquelas realizadas em tecidos recentemente traumatizadas e abertas, colonizadas por flora bacteriana abundante de difícil ou impossível descontaminação, sem supuração local). Presença de inflamação aguda na incisão cirúrgica e grande contaminação a partir do tubo digestivo. Inclui obstrução biliar e urinária;
4. **Cirurgias infectadas** - 40% (são aquelas realizadas na presença do processo infeccioso (supuração local) e/ou tecido necrótico).

Declara ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Penápolis (SP) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) paciente

RG nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) resp. pelo (a) paciente

RG nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) médico (a)

CRM: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

**Código de Ética Médica - Art. 22º:** É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

**Art. 34º** - É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

**Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - Art. 9º:** O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. **Art. 39º** - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.